

# Diário do Legislativo de 04/09/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 31ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais pelo Transcurso do Centenário de Sua Fundação

#### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 31ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/8/2007

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Lafayette de Andrada - Entrega de placa - Palavras do Sr. Fernando Antônio Xavier Brandão - Apresentação musical - Palavras do Sr. Raymundo Nonato Fernandes - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Tiago Ulisses - João Leite - Lafayette de Andrada.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Fernando Antônio Xavier Brandão, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Raymundo Nonato Fernandes, orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; e Deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Luiz Henrique Maia Santiago, Assessor Especial da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, representando a Secretária, Deputada Elbe Brandão; Frederico Carlos Von Dollinger da Motta Bastos, Diretor Emérito da Associação Comercial de Minas; 1º-Ten. Eng. Paulo Murilo Longen, representando o Comandante do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, Coronel Aviador Manoel Antônio Barreira; e Ronan Ramos, representando o Senador Eduardo Azeredo.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais pelo transcurso do centenário de sua fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, a ser executado pelo Conjunto de Câmara da Polícia Militar de Minas Gerais, sob a regência do Subten. Oscar Rocha.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Lafayette de Andrada

Exmo. Sr. Deputado João Leite, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Fernando Antônio Xavier Brandão, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; senhores membros do Instituto; senhores e senhoras. Não faz muito, fui procurado pela Deputada Elbe Brandão - atualmente integrando com brilhantismo o secretariado mineiro -, a qual me solicitou que formalizasse requerimento à Assembléia para homenagear o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, pelo centenário da instituição. O mérito da iniciativa que levou à solenidade de hoje, portanto, cabe à prezada colega Elbe, mas a ela me associo como signatário do requerimento e, mais ainda, como admirador que sempre fui dessa entidade que, há 100 anos, engrandece os foros da cultura mineira.

Com efeito, minha afinidade com nosso homenageado tem vinculação com uma das mais caras referências de minha família. Meu bisavô, o Embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e eu, desde sempre, ouvia falar sobre esse que era um dos títulos de que meu ancestral ilustre mais se orgulhava. Ora, pode-se dizer que o Instituto Brasileiro é a "alma mater" de seu congêneres mineiro, donde a solenidade de hoje tem para mim o significado de um reencontro.

Cumpramo-me, agora, em nome deste Parlamento, saudar o Instituto pelos seus 100 anos de existência, e confesso que o faço com um misto de satisfação e de inquietude. A satisfação advém da certeza de que esta Assembléia promove homenagem justa e oportuna. Já a inquietude decorre da responsabilidade que me atribuem, de proferir palavras que correspondam ao mérito da instituição.

Quando se fala em história e geografia, vêm-me à lembrança as lições dos bancos escolares, quando - sobretudo em relação ao Brasil - eram-me descritas a riqueza de nosso meio ambiente e os feitos de nossos maiores, a partir do Descobrimento.

Essas primeiras noções foram-se sedimentando com leituras e pesquisas, de modo que hoje tenho idéias definidas sobre as duas matérias. Assim entendendo, de forma linear, que a história não se faz sem o arcabouço da geografia, tal como o compreendia o historiador inglês Edward Gibbon, autor do clássico "Declínio e Queda do Império Romano". Segundo ele, Roma não teria sido titular de um Império não fosse sua localização geográfica, entre dois mares e a meio caminho de todo o mundo então conhecido.

Senhoras e senhores, é para essa básica premissa - segundo a qual a história não se faz sem a geografia - que gostaria de pedir sua atenção, ao discorrer sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: tal como o Instituto Brasileiro e tal como, na melhor tradição da cultura ibero-americana, a Academia Portuguesa de História e a Real Academia de la Historia, de Madri, o Instituto mineiro cultiva as duas ciências com aquela seriedade e objetividade que muito contribuem para colocar Minas Gerais na vanguarda do conhecimento.

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais foi fundado exatamente em 15/8/1907 pelo então Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva. Juntando-se, à época, a um grupo de luminares de nossa cultura, o Dr. João Pinheiro partiu para a empreitada de coligir, metodizar e arquivar os documentos relativos à história e à geografia, notadamente aquelas de nosso Estado, a par do estímulo à pesquisa e à divulgação. A iniciativa deu bons frutos. Hoje, decorrido um século, o Instituto se destaca não só entre os congêneres nacionais, mas também - sem falsa modéstia - entre aquelas instituições semelhantes do continente americano. Seu trabalho, extrapolando as disciplinas originais, compreende a pesquisa, o estudo e a divulgação de vários outros ramos do conhecimento, como a Geologia, a Arqueologia, a Antropologia, a Sociologia, a Paleontologia, a Heráldica, a Genealogia, a Medalhística, o Indigenismo e a Estatística.

Longe de corresponder à imagem preconcebida do leigo, segundo quem nosso homenageado poderia ser simplesmente uma congregação de letrados, discutindo temas bizantinos em cima de empoeirados alfarrábios, uma vista d'olhos nas atividades do Instituto indica-nos tratar-se de órgão atuante e dinâmico, que acompanha os novos tempos e a eles se integra. Nesse pressuposto, mantém um dos maiores acervos culturais do Estado, com obras sobre História, Geografia e Ciências ou disciplinas afins, reunidas em biblioteca, mapoteca, pinacoteca, hemeroteca, museu e arquivo, todos abertos ao público. Edita uma revista que já está no 30º volume, à qual se junta o boletim mensal. Promove encontros, simpósios e debates periódicos como agora, por ocasião do centenário, com o I Congresso Brasileiro de Institutos Históricos e Geográficos. Seu corpo social, composto de representantes dos vários setores da sociedade, reúne nomes respeitáveis entre médicos, engenheiros, advogados, professores, juristas e empresários. Sua vedação estatutária às discriminações políticas, filosóficas e raciais amplia o horizonte dos estudos e pesquisas que patrocina. E, entre as muitas ações por que responde, merece registro o convênio que mantém com o Ministério da Fazenda em Minas Gerais. Tem ele por finalidade elaborar trabalhos técnico-científicos relacionados com o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, mantido pelo Ministério, instalado na bicentenária Casa dos Contos de Ouro Preto, e com o Museu Fazendário, com mostras permanentes do Banco Central e da Casa da Moeda do Brasil.

Se o Instituto, ao longo dos anos, sempre foi merecidamente prestigiado pelo Executivo mineiro, é gratificante verificar agora que um dos projetos prioritários do governo Aécio Neves, o da Estrada Real, consolida-se exatamente por ocasião do centenário que comemoramos. A preocupação de nosso Governador, de desenvolver o Circuito Turístico da Estrada, tudo tem a ver com a geografia e a história de nosso Estado, e sua repercussão socioeconômica é das mais relevantes.

Pois é concomitantemente com o renascer da Estrada Real, cenário geográfico imponente e variado e precioso relicário histórico, que o Instituto Histórico e Geográfico celebra seus 100 anos de fundação. Quer isso dizer que a afinidade entre nossos governantes e o nosso homenageado é profunda e se confunde com o interesse maior do povo mineiro.

Segundo o geógrafo Vidal de La Blache, a Geografia é a ciência dos lugares. Já o enciclopedista Jacques Bossuet, no "Discurso sobre a História Universal", afirma que toda a história foi escrita pela mão de Deus. Pois, parafraseando Vidal de La Blache e Bossuet, direi que a escrita de Deus se inscreve nos lugares por Ele criados, e que a geografia e a história transcendem os próprios limites para agirem como vetores do destino do homem. Nesse contexto, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais assume a magna tarefa de preservar e desenvolver o legado mineiro com sabedoria e critério.

Portanto, senhoras e senhores, ao homenagear o Instituto pelo seu centenário, a Assembléia Legislativa vem reconhecer o trabalho inestimável que, por 10 décadas consecutivas, registra-se em prol de nossa cultura e de nossa gente. Como orador oficial deste ato, em meu nome e no de cada um dos colegas Deputados, cumpre-me apresentar ao homenageado nossos parabéns calorosos, que endereço em especial ao Presidente, Sr. Fernando Antônio Xavier Brandão, aos demais Diretores e associados e ao Presidente emérito, Sr. Marco Aurélio Baggio. A todos, nossos cumprimentos e a manifestação de nossa certeza de que continuarão, como sempre, a implementar a inteligência e a intelectualidade mineiras. Às senhoras e aos senhores que prestigiam esta solenidade, nossa saudação cordial e nossos agradecimentos sinceros. Muito obrigado e boa noite.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Fernando Antônio Xavier Brandão, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Fundado em 15 de agosto de 1907, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais é a mais antiga instituição cultural do Estado. Constituído de um corpo social eclético, formado por médicos, engenheiros, advogados, professores, juristas e empresários, proíbe, em seu estatuto, quaisquer discriminações, sejam elas políticas, filosóficas ou raciais. Sua biblioteca, com um precioso acervo de cerca de 30 mil volumes, com destaque para a História de Minas, funciona diariamente, oferecendo ao público em geral oportunidade de leitura e pesquisa em vários campos, como Ciências, História e Geografia, entre outros. A justa homenagem do Parlamento mineiro ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais pelo seu centenário".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Lafayette de Andrada para acompanhar-me na entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Fernando Antônio Xavier Brandão

Exmo. Sr. Deputado João Leite, representando o Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; meus prezados companheiros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; prezados visitantes, senhoras e senhores, é com viva emoção que faço uso da palavra para agradecer esta homenagem que nos é prestada pela Casa do povo de Minas Gerais. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao celebrar seu centenário, no último dia 15 de agosto, cobriu-se de grande alegria e satisfação quando recebeu o comunicado, de autoria do Deputado Lafayette de Andrada, de que seria homenageado nos seus 100 anos de trabalho eficiente em prol da cultura e da ética em nosso Estado.

Pelo nosso Instituto, Sr. Deputado, nesses 100 anos, já passaram muitos representantes, muitos mineiros ilustres: políticos, militares, engenheiros, advogados, juristas, que nos encheram de grande alegria, de grande glória, porque deixaram sua marca, por meio de livros, de participações e de um trabalho efetivo em prol da cultura e da ética.

Agradeço, então, em nome de todos os associados, esta homenagem prestada ao Instituto Histórico e coloco nossa casa à disposição da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para todo e qualquer tipo de pesquisa que se referir à História, à Geografia e a ciências afins, necessárias ao bom andamento dos trabalhos desta Casa legislativa. Muito obrigado.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o conjunto de câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, sob a regência do Subten. Oscar Rocha, que apresentará "Minueto em Sol", de Beethoven.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Raymundo Nonato Fernandes

Sr. Presidente, Deputado João Leite, representando S. Exa., o Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho; Sr. Fernando, meu querido amigo e nosso querido Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, antes de tudo o mais, Sr. Presidente, farei uma referência ao Deputado Lafayette de Andrada, autor da proposição que originou esta homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nas comemorações de seu centenário.

Quero lembrar uma presença que está forte e gritando na sua ausência, porque se viu impossibilitada de comparecer aqui hoje: a Deputada Elbe Brandão, Secretária Especial do Governo para o Norte de Minas, Mucuri e Vale do Jequitinhonha, o meu Vale. Ela representa o talento da mulher mineira nesta Assembléia, com brilho, aprimorada cultura e apuradas sensibilidade e competência.

Durante as comemorações dos 500 anos do Brasil, ela se uniu ao Instituto, e fizemos todas as comemorações que aquela data requeria, o que culminou com uma viagem à Portugal. Por três dias, na Universidade do Minho, foi feita a celebração da união Minho-Minas, uma vez que o Estado foi povoado pelos habitantes do Minho, que, naquela época, quase se esvaziou.

Mais tarde, com o encontro da Assembléia Legislativa com o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, por intermédio da Deputada Elbe

Brandão, foi possível que um grupo da Universidade do Minho fosse acolhido em Minas Gerais, às nossas expensas, e aqui encontrasse algo semelhante às terras do Norte de Portugal.

Desde a Guerra dos Emboabas, as montanhas do Minho ofereceram a grande povoação, que se configurou nesse conjunto de etnias que se reuniram em Minas, por ocasião da descoberta do ouro e dos diamantes no coração da terra mineira. Esses componentes vieram de todo o Brasil, imantizados. Como dizia o historiador, a pedra-ímã da população de Minas Gerais foi o ouro. Dessa forma, o Brasil todo se fez representar nessas montanhas e conseguiu-se fazer o encontro, a identidade de um povo, a união das diferenças, compondo-se os contrários e fazendo a dialética da história.

Dessa maneira, conciliando as diferenças, Minas Gerais pôde assumir a identidade nacional de todos os povos que vieram de todas as partes do Brasil, que, em suas montanhas, sentiram-se brasileiros e lutaram pela liberdade e pela independência de uma pátria, que se sentia unida, de Norte a Sul. Isso nunca ocorreu com outras cidades, com outros povos da América Latina.

Devemos ao Instituto essa menção de gratidão à presença sempre constante em nossas comemorações da Deputada Elbe Brandão, filha dos grandes sertões de Minas, da saga de Guimarães Rosa, que encima a verve, a força e a raça desse povo, tão deliciosamente proclamada e cantada para o mundo inteiro.

Estava na América do Norte, como hóspede do governo americano, quando lá se encerrava uma exposição de fotografias do Norte de Minas, feitas por Mrs. Anne, senhora de Mr. Bradley, Diretor da United Press no Brasil. Ela, inglesa, em 1971, fotografou todos os caminhos percorridos por Guimarães Rosa, fazendo importantes registros daquele sertão. Ela dizia, chorando, que nunca tinha imaginado que houvesse um povo como aquele e que queria ser enterrada naquele chão.

Faço um agradecimento especial à Assembléia, que, em nome do povo de Minas Gerais, presta esta homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Quero agradecer ainda ao Deputado Lafayette de Andrada, filho do meu incomparável amigo dos tempos da universidade, o Andradinha, que, como Presidente da UEE, em Ouro Preto, lançou a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, em 1952. Desde então, segui a sua brilhante trajetória, que honra a nobre descendência do patriarca da independência.

E, quando aqui ele falava sobre a Geologia, eu imaginava aquele extraordinário nome da Geologia mundial, José Bonifácio de Andrade e Silva, primeiro catedrático dessa matéria na Universidade de Coimbra, criada por ele. Lá, ao se despedir, em 1917, na Academia de Ciências de Lisboa, ele, que pertencia a numerosas academias de ciências de toda a Europa, dizia que seguia para o Brasil. Em um texto primoroso desenvolvido pelo Dr. Jorge Lasmar, ele dizia: "Vou para uma terra onde os rios são todos navegáveis e piscosos, uma terra de uma eterna primavera, onde as praias mais lindas do mundo se abrem para abraçar o mar. Vou para uma terra para formar a grande Lusitânia, o Brasil".

O nosso agradecimento a esta Casa, que tem o legado do povo, para em seu nome determinar as homenagens a quem deve fazer. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como a mais antiga casa de cultura do Estado, tem, em sua proposta institucional, que a ele incumbe zelar pela memória histórica de Minas e do Brasil. Nessas memórias, estão as grandes lições de que não podem prescindir as nações. Um povo sem história é um povo sem futuro, pois quem não sabe de onde vem, não sabe para onde vai e nem mesmo onde se encontra nos caminhos e descaminhos da vida.

É na cultura da sua história que os povos renascem de seus desastres históricos. Já no seu tempo, Aristóteles dizia: "Quem não conhece a história se condena a repetir os seus erros".

Deixo aqui um resgate da dissertação de Cícero: "A história é a luz dos tempos, a contemporânea do gênero humano, a depositária dos acontecimentos, a testemunha da verdade, a alma das recordações, a grande conselheira da vida humana, a mensageira dos séculos passados. Sem ela, viveríamos a vergonhosa ignorância de tudo quanto se perdeu e de tudo que nos precedeu".

O século passado inscreveu-se na memória dos tempos como o mais ensangüentado da história do mundo. Duas grandes guerras e tantas outras pequenas produzidas pelas ideologias de grande beleza intelectual, que, apropriadas pela patologia do poder, produziram Estados autoritários e totalitários, com suas torturas desumanas nos porões do poder e nos campos de concentração, para depois, em agonia terminal, deixar seus povos com seus silos vazios e seus arsenais cheios.

Foi nesse calvário da história que nasceu a nova historiografia, uma fonte brilhante que tem início na Escola de Frankfurt, na Alemanha, com a liderança de Walter Benjamin, Adorno, Marcuse e outros.

O passado não é apenas o antecedente do presente, é sua fonte, assim como no rio que atravesso está presentificado o seu passado, que é a fonte de onde vêm as suas águas, apenas no tempo da geografia.

Uma das principais responsabilidades do homem, já dizia Benjamin, é revelar o esquecido, mostrar que o passado comportava outros futuros diferentes e além desse que realmente está acontecendo. A nova historiografia desenvolveu-se em diferentes abordagens e seguimentos, mas, para Benjamin, o passado se presentifica no agora. Nele todas as torrentes da história, seja da ciência, da medicina, da literatura, das artes, da civilização, têm de ser tomadas desde as suas origens, nos museus interativos e na história das ciências, para que possamos saber a partir de onde continuamos a caminhada para a revelação dos segredos da vida e da conquista da ciência.

Todas essas fontes históricas deságuam com suas torrentes no estuário da "agoridade", termo que Benjamin marcou para a sua expressão histórica.

E nela esse passado das ciências se presentifica. O passado presentificado na agoridade torna-se, então, âncora em plataforma de lançamento de futuros.

É interessante lembrar como isso se fez aqui em Belo Horizonte. Um homem ligado a um partido conservador, como Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem que, por conseguinte, é ligado a toda a beleza da história de Diamantina, se apaixonava pela vanguarda e criou na Pampulha o ninho dos modernistas. E o passado, enamorado da vanguarda, com esse amor, gera futuros. E o futuro desse amor de Juscelino foi Brasília, aqui ensaiado de tal maneira que se conserva o passado e se abrem caminhos para o futuro.

A Europa se reunia, inspirada nessas lições, com suas chagas ainda abertas, depois da última grande guerra, quando De Gaulle, um líder cristão da França, e Konrad Adenauer, um líder cristão da Alemanha, passaram a considerar as razões por que a França e a Alemanha, desde Napoleão Bonaparte, passaram a levar seus filhos para morrer em suas guerras. E o que resultou de tudo isso? Desde o Bloqueio Continental de Berlim, a Batalha de Iena, a destruição de sua universidade, Hegel perdeu seu emprego como filósofo. Depois vem a Guerra de 70, a Frank proustiana, e então novamente vem a vingança. Paris é ocupada, e a Sala dos Espelhos, do Palácio de Versailles, é proclamada, nas botas de Bismarck, o império alemão. Depois disso, em 14, quando todo o mundo estava esperando que houvesse despontado na Belle Époque, com seu esplendor, um novo tempo de paz, de bondade e de fraternidade universal, o que aconteceu? A Guerra de 14. E novamente os filhos da França,

os filhos da Alemanha eram sacrificados por razões muito discutíveis. Não sei o que é superior à vida. Não há nada que supere o problema e o processo da vida, que é a referência máxima da existência humana. A vida, em todas as suas dimensões, a vida, pela qual se fala tanto. Jean-Jacques Rousseau, em sua obra, que o transformou no Copérnico da educação moderna, diz, em sua obra pedagógica, que "viver é o ofício que pretendo ensinar". Quando Jesus Cristo passou aqui, disse aquela palavra para todas as culturas do mundo: "Eu vim para que todos tenham vida, vida em abundância". E o que estamos fazendo com nossa civilização? Os caminhos da nossa juventude, a esperança do futuro das nações, com as quais temos o compromisso vital. São nossos filhos, filhos da nossa pátria, que não podem ser cancelados do seu direito de existir, do seu direito de viver, do direito de recriar o mundo, de marcar sua presença, de imprimir sua face no mundo. Muitas vezes, Nietzsche, que defendia sua eticidade em ritmo furioso, falava: "Minha obra é meu sudário". Mas eu tenho de imprimir minha face no mundo, como dizia Hegel. Mas a minha obra, a minha face, impressa no mundo é com um sudário feito com as cores do meu pranto, do meu suor e do meu sangue.

De Gaulle e Konrad Adenauer passaram a considerar isso e lembraram da nova historiografia de Frankfurt, que era importante que pensássemos na vida dos filhos da França, dos filhos da Alemanha, dos filhos da Europa, e pudéssemos terminar com as grandes guerras de todos os tempos, substituir o diálogo dos canhões pelo diálogo da razão e estabelecer, por conseguinte, mais ainda, produzir a dialética dos corações; hoje, a própria filosofia, desde Pascal, e sobretudo depois de Ortega y Gasset. Disse que logo que a razão se desvencilhou do mito foi lançando sobre a construção da cultura ocidental os seus raios, que vão iluminando o mundo, mas matando a vida.

Hoje, estamos entendendo como Pascal, na sua obra feita por um homem de virtudes monacais, escrevia sobre as paixões do amor, onde cita uma frase tão conhecida: "O coração é que tem razões mais fortes, razões que a razão desconhece". Pois bem, Ortega y Gasset foi muito criticado, mas agora estamos entendendo, na filosofia nacional de nossos dias, que só temos duas coisas de realidade no mundo, que são o fato e a relação. A relação é que cria a lei, e o fato é que estabelece a relação do logos ordenador do mundo entre o fato que antecede e o fato que sucede na dialética da história. Daí, a própria lei, em sua definição, é a relação constante e necessária entre um fato antecedente e um fato conseqüente.

Por conseguinte, desta maneira, agora voltamos a pensar que cabe à razão, sim, iluminar os caminhos do coração para que a afetividade do mundo estabeleça novamente o desenvolvimento da ascese, tão querida por Platão, em "O Banquete", a ascese de Eros para chegar aos patamares altos da beleza que enfeita o amor. O que será do coração se não houver festa para a felicidade? A nova historiografia da Europa vem afirmando que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais quer levantar-se aqui, para redescobrir, para retomar a memória brilhante da beleza de Minas Gerais. Como mineiros, de nossa bateia na mão, dos cascalhos, dos escombros do esquecimento, vamos encontrar o brilho da nossa gente, da nossa história, dos exemplos, das lições que Minas tem e sempre teve para oferecer ao Brasil.

Para quê? O que resultou de todas essas lutas do século mais ensangüentado da história do mundo, o século passado? Eram dois líderes religiosos. Marcaram um encontro oficial na Catedral de Reims. Deram-se as mãos e, no culto daquela Catedral, abriram suas fronteiras e começou a comunidade européia de fronteiras abertas. Criaram novamente um novo tempo, um tempo em que se fazia a prosperidade da Europa, a prosperidade da União Européia, a partir de uma comunidade assim sentida. Desta maneira, a historiografia de Frankfurt vem mostrar isso. A nova historiografia só chegou à Península Ibérica em 1985, e a Espanha transformou as ruínas de seus castelos históricos em luxuosos paradores envolvidos da aura de um passado que não enfrentava mistérios diante daquelas ruínas nobres, mas que agora pode ser presentificada pelos homens de hoje, que lá vão sentir toda a grandeza de um passado que ali se presentifica para a prosperidade da Espanha, que encontrou o caminho do seu progresso competindo com a França e com a Itália em turismo.

Minas tem muito a fazer e a ganhar com seu grande passado e as lições de sua ancestral sabedoria. O Instituto está empenhado em resgatar sua memória, soterrada sob os escombros do esquecimento neste país que sofre de amnésia crônica. É preciso um tratamento de anamnésia, revelar os grandes homens da mineiridade, que ensinaram o Brasil com as grandes lições de sua ancestral sabedoria. O Brasil todo vinha estudar em Minas Gerais, diante do exemplo de civismo de sua luta pelas dignidades humanas e honradez. Até a família Vargas manda seus filhos do Oeste do Rio Grande do Sul para descer pelo Prata, passar por Buenos Aires, pelas fronteiras de Montevidéu, até o Rio de Janeiro, para ir estudar em Ouro Preto, no Colégio Mineiro. Suas notas e sua vida ainda estão nos arquivos do Colégio Estadual.

O Instituto está empenhado, por conseguinte, em retomar essa grandeza por meio da revelação de tudo o que está esquecido na história de Minas Gerais. João Pinheiro e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nas suas reformas pedagógicas, transformaram Minas na reconhecida Capital pedagógica do Brasil, na voz de Campa Rébrica, que às ocultas veio ver o que se estava fazendo na escola de aperfeiçoamento.

E Minas vai continuar sua tradição de oferecer ao Brasil os melhores estadistas de sua história, como sempre o fez em todo o seu passado. É importante lembrar que o País precisa de Minas Gerais. Nos momentos mais difíceis da história, vêm a nosso Estado como se sobe a um altar, como faziam os gregos ao subir ao templo de Apolo, em Delphos, no Parnaso, a fim de pedir à pitonisa que profetizasse e dissesse o que deviam fazer com os destinos de sua história. Aqui, sobe-se a Minas, esta terra santificada, com essas montanhas embebidas do sangue de Tiradentes. Eles vinham buscar, nos descaminhos da história mineira, alguém que pudesse reconduzir às trilhas da história dos caminhos do tempo.

Isso se fazia no passado. Um homem de extraordinária bondade, inteligência, beleza, probidade, que foi Embaixador, Senador, poeta e escritor, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, encantado com Minas Gerais, nos momentos mais difíceis, dizia: "Venha, oh, Minas Gerais, lança a luz da sua estrela!". E a aura de liberdade baixava sobre a Baixada Fluminense. E então eles podiam retomar a consciência da brasilidade, dos deveres cívicos, muitas vezes perdidos.

Pois bem, aqui isso aconteceu com os republicanos. Conforme diz em carta para sua mulher, Campos Sales nunca tinha visto uma indústria de improbidade como aquela. Naquele tempo, João Pinheiro se afastara e se recolhera em Caeté por 12 anos, e foram buscar esse homem de Minas para que o Brasil retomasse sua ancestral dignidade. Então João Pinheiro, nascido no Serro, do lado de cá da pedra redonda, como do outro lado da pedra redonda, nascia Juscelino Kubitschek - os dois grandes estadistas do século passado -, veio para a Presidência da República.

Na primeira metade do século, de 1906 a 1956, ele foi um homem de referência nacional. Na saga de sua reforma da educação, a sua primeira ação aconteceu no próprio banquete de posse, no dia 7 de setembro. No dia 28 de setembro, lançava a reforma pedagógica, pois, como dizia o Conde d'Orsay em relação aos revolucionários republicanos, não poderíamos fazer a revolução sem eles, mas não poderíamos governar com eles. Era preciso criar a alma republicana, um homem de virtudes republicanas. Então, cria-se a escola pública, em pleno terror na França, quando ele era Presidente do Conselho de Ministros, em 1793.

Dessa maneira, aqui também vieram buscar João Pinheiro em seu esconderijo, em seu auto-exílio em Caeté, para que retornasse. Ele criou o famoso Movimento do Jardim de Infância dos Deputados Mineiros, que deram ao Rio de Janeiro e à Assembléia Nacional as páginas mais brilhantes de sua história, com grandes homens revelados em torno dele.

O mesmo aconteceu recentemente, quando o Brasil estava sem saber como fazer para sair da revolução e criar a redemocratização nacional. Lembro-me do dia em que os Governadores de São Paulo e de outros Estados se reuniram aqui, pedindo ao mineiro Tancredo Neves que assumisse a liderança nacional. E ele o fez para criar a nova república. Então volta novamente Minas Gerais a assumir seu papel de grandeza para ensinar o Brasil com os exemplos de sua probidade, seriedade, ética, conduta e segurança. Vem de novo, Minas Gerais, mostrar ao Brasil os novos caminhos do futuro, da prosperidade nacional.

Saúdo o Dr. Fernando Antônio Xavier Brandão, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; o Exmo. Deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, e todos os presentes; o nosso Conjunto de Câmara da Polícia Militar, que trouxe alegria para todos nós, nesta noite, com essa apresentação. O Prof. Raymundo Nonato lembrou-me do meu tempo do Minho. Fez-me lembrar de Braga, dos jardins de Santa Bárbara, de Guimarães, o berço de Portugal e do pão saloio nas taipas. Fiquei aqui me lembrando da minha passagem pelo Minho, minhoto que fui por algum tempo. Quero também registrar que está sobre a mesa um ofício da Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus e do Norte de Minas, nos seguintes termos: "Exmo. Sr. Presidente, gostaria de agradecer a gentileza do convite para comparecer à reunião especial em homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, pelo seu centenário, no dia 30/8/2007, às 20 horas, no Plenário Juscelino Kubitschek. Em razão de compromissos anteriormente agendados, não poderei estar presente. No entanto, o Sr. Luiz Henrique Maia Santiago, Assessor Especial do Sistema Sedvan - Idene -, estará me representando. Na oportunidade, aproveito para me congratular com o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na figura do seu Presidente, o Dr. Fernando Antônio Xavier Brandão, pela homenagem merecida. Desejo sucesso a todos neste evento. Atenciosamente, Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado".

Quando no ano de 1907 o então Presidente do Estado, João Pinheiro da Silva, fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, quis dar a Minas uma entidade similar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma instituição que iniciou as reflexões sobre a nação brasileira, que há pouco conquistara sua independência.

Ainda nos primórdios da república, num momento em que o positivismo moldava as mentalidades e o imaginário nacionais e em que Belo Horizonte nascia para ser a Capital de uma nova era, surgiu nosso Instituto para fomentar os estudos sobre o espaço e o tempo compreendidos na formação e no desenvolvimento das Minas Gerais.

Assim como o congênere nacional tinha o patronato de D. Pedro II, que chegou a presidir 500 sessões, também entre nós todo Governador de Estado, desde o fundador João Pinheiro, é recebido em sessão solene e investido como Presidente de honra.

Se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro incentivou a pesquisa e publicação da primeira História do Brasil, a cargo de Francisco Varnhagen, ainda no século XIX, importantíssimos estudos em todo o terreno cultural constam, há um século, das atividades do Instituto mineiro.

Grandes nomes da política, das artes, das letras, da magistratura, do magistério e das atividades produtivas do Estado vêm integrando seu quadro de sócios. Hoje é composto por médicos, engenheiros, advogados, professores, juristas, empresários, que participam de conferências e pesquisas nos campos da história, da geografia e das ciências.

Uma biblioteca com cerca de 30 mil volumes e 2 auditórios são o destaque de sua sede, na Rua dos Guajajaras, tão importantes para Minas Gerais quanto sua revista, referência nacional na área.

Esta Assembléia, que já conta 172 anos de história, cenário desde o império da construção política da província e do Estado, irmana-se ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais na celebração deste centenário.

Se hoje podemos contar com tantos estudos que se centralizam nas peculiaridades culturais de nosso Estado, consubstanciando a valorização do tema da mineiridade - o conjunto de características próprias de nossos cidadãos, cunhadas pelas singularidades de nossa formação -, muito devemos aos trabalhos desenvolvidos pelos membros e associados do Instituto.

Neste início de século e de inovações tecnológicas, em que o mundo perde suas tradicionais fronteiras, o reconhecimento de nossa identidade passa pela reflexão da geografia contemporânea e da história imediata.

Esta, com certeza, é a missão que se descortina para nossos pensadores: Minas Gerais, em rápido desenvolvimento e integrando-se ao mundo em rápidas transformações, não pode furtar-se às lições de sua rica experiência.

Portanto, confiamos no nosso Instituto, para que mantenha ativa a ponte por onde circulam as idéias entre as diversas dimensões do tempo neste espaço conhecido como as Minas Gerais.

À sua atual diretoria, que tanto honra os vultos que se alinham entre seus patronos, nossos votos de confiança na abertura de mais um século de profícuas atividades. Muito obrigado!

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 3, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno) NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 22/8/2007

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; o Deputado André Quintão, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: em turno único, o Projeto de Lei nº 1.368/2007 (Deputado Zé Maia). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Deputada Elisa Costa e o Deputado André Quintão se retiram da reunião. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.026/2007 com as Emendas nºs 2, 4, 5, 9, 10, 44, 59, 65, 66, 76, 77, 89 e 90; com as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 8, 13, 14, 20, 21, 42, 45, 58 e 64; com as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 15; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 6, 11, 12, 16 a 19, 22 a 41, 43, 46 a 57, 60 a 63, 67 a 75, 78 a 88 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, com o edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2007.

Célio Moreira, Presidente - Eros Biondini - Djalma Diniz - Adalclever Lopes.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 22/8/2007

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado André Quintão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. Suspende-se a reunião. A Deputada Elisa Costa e o Deputado André Quintão se retiram da reunião. Às 11h4min são reabertos os trabalhos. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Cohab-MG, e Eduardo Lery Vieira, Presidente do Indi, encaminhando informações relativas aos seus respectivos orçamentos de investimentos, em cumprimento ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal; do Sr. Elmo Braz Soares, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, publicado no "Diário do Legislativo" de 17/8/2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 7/2007 (Deputado Lafayette de Andrada); Projeto de Lei nº 430/2007 (Deputado Sebastião Helvécio); Projeto de Lei nº 366/2007 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno; e Mensagem nº 22/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.182/2007 com a Emenda nº 5 e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3 e 4, apresentadas em Plenário; e 829/2007 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio se retiram da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Célio Moreira. O Deputado Antônio Júlio assume a Presidência dos trabalhos. A seguir são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 161/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Antônio Júlio) e 1.355/2007 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.287/2007 (relator: Deputado Jayro Lessa); e dos Projetos de Lei nºs 587/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Zé Maia); 465/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 895/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Jayro Lessa); 994/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.249/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 1.415/2007 (relator: Deputado Célio Moreira) na forma dos substitutivos que receberam o nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 700/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Antônio Júlio. Na fase de discussão, em turno único, do parecer do relator, Deputado Jayro Lessa, o qual conclui pela ratificação, por meio de projeto de resolução, do regime especial de tramitação encaminhado pela Mensagem nº 74/2007, o Presidente defere o pedido de vista da matéria, feito pelo Deputado Antônio Júlio. O Projeto de Lei nº 653/2007 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Zé Maia, que assume a Presidência dos trabalhos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sebastião Helvécio, em que solicita visita da Comissão à Diretoria da Hyundai Motores, para estabelecer relacionamento com a empresa visando a instalação da planta em Minas Gerais, especialmente, no Município de Juiz de Fora; e Gustavo Valadares em que solicita seja realizada reunião para debater a distribuição do Valor Adicionado Fiscal- VAF- na Mina de Brucutu, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, por se tratar da maior mina de minério de ferro do mundo em capacidade inicial de produção. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Elisa Costa - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/8/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.450, 1.461, 1.465 e 1.470/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.460 e 1.467/2007 (Deputado Sebastião Costa); 1.454 e 1.462/2007 (Deputado Delvito Alves); 1.451, 1.457 e 1.469/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.452, 1.459 e 1.466/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 1.456, 1.463 e 1.471/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); 1.453, 1.464 e 1.468/2007 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nesse momento, o Deputado Sargento Rodrigues, apresenta requerimento em que solicita seja retirado de pauta o Projeto de Lei Complementar nº 27/2007. Submetido a votação, é rejeitado o requerimento. Nos termos do art. 136, § 3º, do Regimento Interno, o relator, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, Deputado Neider Moreira, solicita a distribuição de avulso do referido parecer, que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 843/2007 com a Emenda nº 1, 979, 1.222, 1.425, 1.454 e 1.462/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.102 na forma do Substitutivo nº 1, 1.283, 1.365, 1.410, 1.429, 1.451/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.150, 1.188 e 1.282, ambos com a Emenda nº 1, 1.430/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); 1.180, 1.208, 1.434, 1.437, 1.443, 1.456/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 1.418, 1.423, 1.433, 1.445, 1.453 e 1.464/2007 (relator: Deputado Neider Moreira); 1.427 e 1.436/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.439/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 1.460/2007 e ao DER-MG o Projeto de Lei nº 1.468/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 29/8/2007, às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves - Hely Tarquínio - Sebastião Costa.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/8/2007

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam.

A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Pública e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome; Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente de BDMG; Vereadores Vêrdi Lúcio Melo e José Celso de Assis, respectivamente, Presidentes das Câmaras Municipais de Varginha e Itabira; Vereadora Edna Sandra Martins, Presidente da Câmara Municipal de Araraquara; Sônia Maria Gandra Silva, Gerente-Geral da Caixa Econômica Federal (23/8/2007); Toribio Cordeiro Neto e João Aurélio Tabosa, respectivamente, Presidente e Secretário da Associação de Moradores Pró-Melhoramento do Bairro Rua Nova, de Aimorés. A seguir o Presidente faz a leitura da justificativa da ausência do Deputado Jayro Lessa na reunião e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.297/2007, no 1º turno, para a qual designou relator o Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Deputada Elisa Costa se retira da reunião. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela ratificação do regime especial de tramitação encaminhado pela Mensagem nº 74/2007, o qual conclui pela apresentação de projeto de resolução (relator: Deputado Jayro Lessa); e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 700/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça e 1.297/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.082 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho, em virtude de redistribuição); 1.084/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho); 1.129/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 1.237/2007 (relatora: Deputada Elisa Costa); e os pareceres pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 7 e 653/2007 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Registra-se a presença da Deputada Elisa Costa e do Deputado Sebastião Helvécio. O Presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.324/2007 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 366/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Antônio Júlio. Os Projetos de Lei nºs 994, 1.356, 1.357 e 1.415/2007 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, de amanhã, dia 30/8/2007, às 10 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 1.324/2007, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Elisa Costa - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ATA DA 15ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/8/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Irani Barbosa, Fábio Avelar e Luiz Humberto Carneiro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Decreto nº 44.309, de 2006, outros decretos e portarias que tratam da questão ambiental e os critérios adotados para a proposição do Termo de Ajuste de Conduta - TAC - pelos órgãos ambientais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: comunicação do Deputado Jayro Lessa justificando sua ausência na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Paulo Teodoro de Carvalho, Secretário Executivo do Comitê Gestor de Fiscalização Integrada; Augusto Horta, Chefe de Gabinete, representando José Carlos de Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Eduardo Martins, Diretor de Monitoramento e Fiscalização Ambiental, representando Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF; Alice Beatriz Pereira Soares, Diretora de Monitoramento e Fiscalização Ambiental; Alexandre Magrineli dos Reis, Chefe de Gabinete, representando José Claudio Junqueira Ribeiro, Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -; Marília Carvalho de Melo, Diretora de Monitoramento e Fiscalização, representando Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -; Cel. PM Reinaldo Martins, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Cap. Washington Luiz, Chefe de Seção de Gestão Logística da Diretoria de Meio Ambiente, da PMMG. A Presidência concede a palavra aos Deputados Antônio Júlio e Lafayette de Andrada, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. A Deputada Elisa Costa e o Deputado Zé Maia se retiram da reunião. O Deputado Sebastião Helvécio assume da Presidência dos trabalhos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária a realizar-se em 30/8/2007, às 10 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 1.324/2007, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2007.

Célio Moreira, Presidente - Cecília Ferramenta - Inácio Franco - Sebastião Costa.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 80ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 4/9/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, que acrescenta parágrafos ao inciso VI do art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 347/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 4º da Lei nº 10.627, de 16/1/92, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.332/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 994/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraguaçu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2007, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias de crédito tributário e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 5, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.356/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.415/2007, do Governador do Estado, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 16.692, de 11/1/2007, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a União o imóvel que especifica, situado no Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.368/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento para o exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.354/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Módica imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 4/9/2007

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.482/2007, do Deputado Wander Borges.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 18/2007, da Deputada Rosângela Reis; Projetos de Lei nºs 332/2007, do Deputado Arlen Santiago; 432/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 618 e 681/2007, do Deputado Weliton Prado; 728/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 996/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.408 e 1.428/2007, do Deputado Wander Borges; 1.442/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.447/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira; e 1.481/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 4/9/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.010, 1.012 e 1.019/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 4/9/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com os convidados que menciona, as iniciativas na área cultural que vêm sendo desenvolvidas pelas universidades mineiras.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 5/9/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, no Salão dos Vicentinos, em Barbacena, o convênio de cooperação celebrado entre a Prefeitura de Barbacena e a Copasa-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 4/9/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, que acrescenta parágrafos ao inciso VI do art. 76 da Constituição do Estado; e 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 347/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 4º da Lei nº 10.627, de 16/1/92, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências; 994/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraguaçu o imóvel que especifica; 1.084/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Módica imóvel que especifica; 1.182/2007, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias de crédito tributário e dá outras providências; 1.324/2007, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras dos Profissionais da Educação Básica do Estado e institui a Parcela de Complementação Remuneratória do Magistério para fins de implantação do piso remuneratório dos servidores do magistério público estadual; 1.332/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel que especifica; 1.354/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica; 1.356/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica; 1.368/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento para o exercício de 2007; e 1.415/2007, do Governador do Estado, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 16.692, de 11/1/2007, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a União o imóvel que especifica, situado no Município de Uberaba; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de setembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de

Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2007, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.324/2007, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2007.

Zé Maia, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.678

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Neider Moreira, Carlos Pimenta, Dimas Fabiano e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Veto nº 17.678/2007, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2007.

Hely Tarquínio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação das famílias residentes na faixa de domínio da BR-381, nos Municípios de Sabará e Santa Luzia, tendo em vista ordem do Dnit para desocupação da área, sem pagamento de indenização, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2007.

Weliton Prado, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2007, às 15 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Contagem, com a finalidade de debater, em audiência pública, as desapropriações do Rodoanel, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.830

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Rosângela Reis e os Deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger Presidente e Vice-Presidente e de designar relator.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2007.

Ana Maria Resende, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2007, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 709/2007, do Deputado Padre João, 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, 1.416 e 1.446/2007, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Relatório

De autoria do Deputado Agostinho Patrús Filho, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade instituir o Prêmio Destaque Escolar Tristão da Cunha.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, e considerada jurídica, constitucional e legal na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, compete a este órgão colegiado apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do art. 102,VI, c/c o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.367/2007 pretende instituir o Prêmio Destaque Escolar Tristão da Cunha, destinado a reconhecer, valorizar e divulgar o desempenho de escolas da rede pública na execução de projetos relevantes para suas comunidades.

A busca constante do aprimoramento escolar é o objetivo final do projeto de lei em análise, o que o torna, de forma inquestionável, meritório e oportuno. A convivência escolar é fonte fundamental na educação de uma pessoa, pois é nesse ambiente que são construídas as bases da cidadania, com a absorção de conhecimentos tradicionais, a formação de visões de mundo e de opiniões sobre a atualidade.

O aprendizado desenvolvido pela escola deve ser aliado das práticas cotidianas e sociais, proporcionando maior confiança entre as pessoas e equilíbrio para enfrentar as adversidades da vida. Dessa forma, as atividades escolares devem considerar as características de cada comunidade para, de forma eficiente, combinar o respeito às tradições, a tolerância à diversidade e a incorporação de inovações.

Observe-se que a proposta contida na proposição em tela procura motivar a iniciativa de alunos, professores, servidores públicos, pais e colaboradores das comunidades a que pertencem as escolas para a execução de projetos educacionais e culturais de interesse comum. Provocar a união da comunidade escolar para a discussão de seus problemas específicos e implementação das soluções mais adequadas é, com certeza, um grande passo para melhorar a qualidade da educação pública no Brasil. A busca de práticas educacionais conjugadas com os interesses e características específicas de cada local, certamente, possibilitará a superação de problemas.

Com relação à escolha do nome para o prêmio proposto, cabe esclarecer que Tristão da Cunha é uma das mais importantes personalidades da política nacional, com atuação decisiva em momentos cruciais da história da República brasileira.

Iniciou sua vida profissional como docente no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e catedrático no Curso de Economia e Estatística no Colégio Universitário da antiga Universidade do Brasil. Na carreira pública, foi Promotor, Vereador e Deputado Estadual e Federal por várias legislaturas. Participou da Constituinte Mineira de 1935 e foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em oposição à ditadura do Estado Novo, em 1943. No governo estadual de Juscelino Kubitschek, exerceu o cargo de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e, de 1951 a 1953, foi titular da Secretaria de Finanças.

Por fim, cabe salientar que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, visa a corrigir inadequações de natureza jurídica e aprimorar o projeto de acordo com a técnica legislativa.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.367/2007 em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2007.

Vanderlei Jangrossi, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 29/8/2007

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, cumprimento a Mesa, os Deputados e as Deputadas, Minas Gerais, saudando, de maneira especial, a presença neste Plenário dos companheiros e das companheiras profissionais da educação que estão participando, de maneira cidadã, dos debates sobre o projeto do governo de Minas a respeito do abono. Estamos discutindo as prerrogativas de um projeto que ainda precisa do nosso entendimento, de muito diálogo, de muita discussão, de muitas emendas e de muito aperfeiçoamento.

Registro que tive oportunidade de participar de uma parte da aula de cidadania proposta pelo Sind-UTE, pelos profissionais de educação, em relação ao piso salarial da categoria. Quando falamos de aula, isso significa que devemos estar abertos à compreensão, ouvir verdadeiramente o que a educação de Minas Gerais, através de quem trabalha no dia-a-dia, quem convive com as crianças, com os adolescentes, com a juventude, tem a nos dizer - à Assembléia Legislativa, ao governo de Minas e a todos que têm responsabilidade para com as pessoas, com os projetos e, especialmente, com uma educação de qualidade.

Por vários momentos, dialogamos com a educação de Minas e com quem faz esse debate na sala de aula, todos os dias, e está fazendo conosco. Agradeço a presença cidadã, a aula de cidadania e, principalmente, de humanidade que os profissionais de educação estão dando à Assembléia de Minas, a Minas e ao Brasil.

Nesse agradecimento, incluo a presença de todos e todas vocês aqui, em nome da Bancada do PT, do PCdoB e de muitos Deputados e

Deputadas, pois estamos sentindo estarem preocupados com a educação em Minas Gerais. Todos queremos educação de qualidade. A educação não pode ser apenas um discurso; tem que ser, na prática, o comprometimento, que passa por orçamentos, recursos, investimentos, e, especialmente, o cuidado com quem, no dia-a-dia, vive a educação - os nossos profissionais, todos os que vivem na escola e na luta cotidiana por uma educação de qualidade.

Registro que, desde quando o projeto chegou à Assembléia Legislativa - desde 2004, 2005 -, estamos debatendo sobre as carreiras dos profissionais de educação e dos demais servidores, discutindo as tabelas salariais. Agora vem a discussão do piso mais uma vez. Ainda existe muita dúvida, até de muitos parlamentares, porque se construiu um projeto que parece mais uma armadilha e é divulgado facilmente pela imprensa, para convencer Minas Gerais de que está sendo oferecido à educação um piso salarial. E sabemos que isso não corresponde à verdade. Na verdade, estamos discutindo um reajuste do projeto apresentado de 5%, muito distante da recomposição histórica salarial reivindicada pela nossa categoria. Em julho do ano passado, foram 5%; agora, mais 5%. Houve até um debate aqui, Deputados Carlin Moura e Weliton Prado, quanto ao percentual de reajuste da segurança pública. E todos os profissionais e servidores da segurança pública ainda estão insatisfeitos em receber o reajuste de 10% em setembro deste ano, 10% no próximo ano e 10% em 2010. E, para nossa surpresa, um reajuste de apenas 5% para a educação em Minas Gerais, distante da reivindicação e da necessidade histórica para se garantir auto-estima, respeito à educação e aos educadores de Minas Gerais.

Então, essa é a primeira surpresa: 5% totalmente aquém da necessidade dos nossos educadores. Surpresa maior, além dos 5%, foi descobrimos que o piso tão divulgado pela imprensa não corresponde a piso, e traz de volta o que foi criticado pelo atual governo: a tal PRC, abono que apresenta distorções na carreira dos nossos educadores em Minas Gerais. Na verdade, o piso remuneratório nada mais é do que o abono mais uma vez transformado numa nova PRCN, agora com o nome trocado. Na prática, reflete exatamente a mesma coisa.

Querida dizer que estamos construindo uma grande mentira em Minas Gerais. Não deve ser esse o posicionamento do Governador do Estado. Tenho absoluta certeza de que a Secretária de Educação está se empenhando para que efetivamente haja uma tentativa de educação de qualidade. Todavia, o discurso que temos ouvido é que os investimentos não são necessários. Educação não é gasto, mas sim investimento. Educação de qualidade é formação da vida das pessoas de Minas Gerais. É preciso cuidar dos nossos jovens e adolescentes, da nossa educação, dos nossos profissionais, que merecem o respeito dos governantes, de quem governa Minas Gerais.

Querida também falar sobre uma questão oriunda de um debate na audiência pública. Por meio das suas representações, o Sind-UTE se manifestou, assim como os Deputados nas diversas comissões. Já passamos pela CCJ e pelas Comissões de Administração Pública, de Fiscalização e de Educação na parte da manhã. Todavia, a grande maioria ainda não tem clareza. Precisamos aperfeiçoar. Este é o momento de fazer isso, para que, além do reajuste de 5%, obtenhamos efetivamente um piso digno da educação de qualidade em Minas Gerais. Viemos aqui para defender o piso, não um piso remuneratório nem muito menos um abono. Se, por um lado, para quem se inicia na educação pode haver melhoria, pois pode começar com R\$850,00, para quem tem 5, 10 anos em diante sabemos que haverá uma soma da sua remuneração mais esse abono de PRCN para chegar a R\$850,00. Isso não é digno para a educação de Minas Gerais. É o momento de garantirmos o aperfeiçoamento dessa legislação. Penso que não cabe a todos. Senti que os profissionais, por meio das lideranças sindicais, estão abertos, vigilantes e presentes para chamar a nossa atenção e a do governo de Minas de que esse projeto tem espaço para avançar. Sentimos que os Deputados também querem contribuir mais com a educação em Minas Gerais. Portanto, este é o momento de aperfeiçoar e de avançar. Queremos que esse apelo que fazemos a esta Casa Legislativa chegue ao Governador Aécio Neves. Para haver educação de qualidade, é preciso piso e remuneração de qualidade.

Gostaria de registrar que apresentamos emendas. Várias emendas já foram apresentadas e derrotadas; aliás, várias ainda serão apresentadas em Plenário para que tenhamos o tempo necessário. Muitos Deputados já manifestaram a intenção de apresentar emendas, que são necessárias para que tenhamos um acordo no Plenário e em Minas Gerais em relação à nossa educação. Apresentamos uma que consideramos a proposta ideal - aliás, já foi derrotada na CCJ -, segundo a qual, para ter efetivamente um piso em Minas Gerais, temos de reposicionar os nossos servidores da educação na carreira aprovada nesta Casa Legislativa. Qual é o ideal que entendemos? Para quem inicia a carreira, estão lá os R\$850,00. Quem já está na carreira, reposicionando os R\$850,00, para somar com as vantagens, o tempo de serviço e os adicionais... E aí, sim, os servidores vão crescendo gradativamente na carreira. Essa é que é a proposta honesta e que deve ser a verdadeira e coerente. Devemos avançar para aprovar aqui.

As Deputadas e os Deputados estão entendendo que esse é o caminho correto. Essa deve ser a melhor proposta a ser discutida. Então, sentemo-nos e façamos essa discussão. Amanhã há a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira. De maneira tranqüila, agendamos uma discussão com a Seplag a fim de avançar nessas propostas. Depois, a Comissão de Fiscalização Financeira voltará a discutir o projeto. Chamaria a atenção dos profissionais que aqui se encontram, professores e educadores, para ficarem vigilantes, para estarem conosco aqui até amanhã, a fim de acompanhar as discussões também nas comissões, a fim de efetivamente fazermos avançar esse debate. Portanto, acredito, com a sensibilidade dos nossos Deputados, ser possível abrir essas negociações.

Todos sabem que estamos divulgando que há hoje um plano de desenvolvimento da educação, e há mesmo, que o Estado começa a receber recursos do Fundeb, que há mais recursos para a merenda escolar, que há mais comprometimento do governo federal com o ensino médio. Então, é mais do que justo que Minas Gerais saia na frente nessa área, já que está saindo na frente em termos de crescimento econômico. Hoje, ela é a segunda maior economia. Tenho um dado aqui, Deputado Weliton Prado, que dá conta de que o ICMS, no governo Aécio Neves, teve um aumento de 75%. Vejam, no Estado de Minas Gerais a arrecadação passou de R\$7.000.000.000,00 para R\$13.000.000.000,00. Houve, assim, um aumento muito significativo, que não está sendo repassado para a educação de qualidade que pretendemos ter em Minas Gerais. Deixo aqui esse registro do nosso compromisso e chamo a atenção dos nossos Deputados para essa questão.

Há um sentimento de que queremos construir um piso até melhor do que está sendo proposto para o governo federal. A CNTE, nesse aspecto, tem o nosso apoio, qual seja fazer aumentar esse valor nacionalmente. Temos de ter, no entanto, a consciência de que há uma limitação no que se refere às realidades do Brasil. Há Estados e Municípios mais pobres, que, às vezes, de início, não conseguirão pagar o piso. Então, a média nacional é diferente de uma que pode ser construída em Estados industriais e mais ricos. Minas Gerais é a segunda economia do País. Houve um aumento de ICMS, então pode oferecer, sim, aos profissionais da educação uma melhora de salário, um salário digno. É possível fazer isso. Isso não implica que não estejamos lutando para melhorar o piso nacional. Fazemos coro com os educadores do Brasil para que esse aumento aconteça em nível nacional, uma vez que não foi votado na Câmara dos Deputados. Estamos articulando, lá, a Bancada do PT e a base do governo Lula para que esse aumento seja maior. Que Minas Gerais, também, dê o exemplo. O Estado não está seguindo grande parte das linhas do governo do Presidente Lula? Que siga, então, de forma melhor e faça melhor, por ser um Estado rico e ser a segunda economia do País. Deixo, então, aqui esse registro.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço o aparte e parabênizo a Deputada Elisa Costa pelo pronunciamento. Sempre repito que o Parlamento e o governo são como feijão: funcionam na pressão. Acho que os servidores têm de mobilizar-se no Estado inteiro, em todos os grandes, médios e pequenos Municípios.

Sabemos que a imprensa criou uma cultura, que não é verdadeira, de dizer que os servidores ganham bem, que são marajás. Ela não conhece a realidade dos servidores. Muitos estão passando fome. Mas, infelizmente, criou-se essa cultura, que precisa ser desmitificada no Estado de Minas Gerais. Assim, acredito que temos de mobilizar-nos e até radicalizar. Infelizmente, se o Governador não sentir um desgaste, não dará o braço a torcer.

A Deputada Elisa Costa disse muito bem, o ICMS subiu mais de 75%. Houve reajuste para servidor nessa mesma proporção? Recentemente, a

Copasa teve um aumento de 37%. O servidor teve igual reajuste? A conta de energia elétrica teve um aumento, só neste governo, de 100%. Houve quase 100% de reajuste para os servidores? Os Promotores tiveram reajuste retroativo a janeiro de 2005. Vocês tiveram também? Não tiveram. Então, é muito importante fazermos esse debate e mostrarmos a realidade à população. Há dinheiro, sim, pois o Orçamento do Estado é de mais de R\$30.000.000.000,00. Neste governo, praticamente o Orçamento dobrou. Infelizmente, os salários dos servidores não acompanharam essa evolução.

Para terminar, devo dizer que o governo quer dar um calote no Ipsemg. Praticamente, os servidores não têm acesso à saúde. O governo tem uma dívida com essa instituição de quase R\$1.000.000.000,00 e tem de pagar, pois é dinheiro do servidor. A saúde no Estado vai bem? Não, vai mal. Então, é importante fazer esse debate e mostrar a realidade aos pais, aos alunos, aos estudantes, à Igreja, à comunidade e à sociedade organizada. Parabéns, Deputada Elisa. Parabéns pela luta, servidores!

A Deputada Elisa Costa - Encerrando, Presidente, informo que me sinto muito feliz por hoje poder contar com todos desta categoria histórica, na qual militamos. A presença é realmente efetiva, permanente e vigilante. Essa é a aula de cidadania da educação de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, senhoras e senhores parlamentares, imprensa, senhoras e senhores, quero, nesta tarde, tratar de dois assuntos importantes para minha região, o Norte de Minas.

Primeiramente, gostaria de me reportar a uma audiência que tivemos ontem com o Ministro dos Transportes, na qual estavam presentes todos os parlamentares votados no Norte de Minas, os Deputados Estaduais e vários Deputados Federais, quando fomos fazer ao Ministro dos Transportes uma cobrança relativa à publicação da licitação da BR-135, uma das rodovias federais mais importantes deste país, que liga todo o Sudeste e Sul do Brasil com o Nordeste.

Esse trecho, de Montes Claros a Belo Horizonte, talvez seja hoje considerado um dos piores das rodovias federais do nosso país. É bem verdade que taparam alguns buracos, mas, com certeza, considerando a proximidade das chuvas, que ocorrerão, se Deus quiser, no final do ano, teremos novamente instalada a situação de caos nessa rodovia.

Estivemos, pela terceira vez neste ano, no Ministério dos Transportes. A primeira vez foi em fevereiro; a segunda, em maio; a terceira, agora em agosto. Essa audiência agendada para ontem estava marcada desde maio, ou seja, há quase três meses, e o Ministro nos garantiu que assinaria o processo de licitação autorizando a publicação do edital.

Fomos para lá, com a emoção bastante aflorada. Estávamos eufóricos, talvez por sentir-nos recompensados pelo nosso trabalho, e qual não foi a nossa surpresa quando, mais uma vez, ouvimos do Ministro que o governo federal tem o dinheiro, por meio do PAC - parece até que o dinheiro está sobrando em Brasília -, mas não havia projeto. Nosso projeto foi entregue há dois anos, quando a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros e a sociedade desse Município se mobilizaram. Fizemos o projeto, ou melhor, mandamos confeccionar o projeto, que custou R\$300.000,00, e a população de Montes Claros o entregou às mãos do Ministro dos Transportes, que alegava não ter o dinheiro.

Qual não foi nossa surpresa quando, mais uma vez, ouvimos o Ministro dos Transportes dizer que ainda não poderia lançar o processo licitatório. Foi marcada nova data, 10 de novembro, quando novamente estaremos lá. Não desistiremos. Faremos comitiva ou uma delegação, com todos os Prefeitos das cidades interessadas nas obras da BR-135, assim como a imprensa e a população, para que possamos, mais uma vez, cobrar do governo a publicação do edital de licitação de nossa estrada.

Estou relatando esses fatos desta tribuna, aproveitando a presença de pessoas importantes da sociedade mineira, como os professores, com os quais convivemos dia a dia, para mostrar que é necessário, mais que nunca, haver persistência, principalmente quanto a essa obra.

Quem conhece o Norte de Minas - e os senhores e as senhoras devem conhecê-lo bem - sabe da nossa luta. Trata-se de uma região que, historicamente, em todos os aspectos, está em desvantagem em relação às demais. Pela BR- 135 transitam quase 10 mil carretas pesadas por dia; por ela passa toda a nossa economia.

Deputado Doutor Viana, V. Exa. também é um lutador, um dos defensores da BR-135. Portanto, no dia 10, queremos levar também a imprensa de Belo Horizonte, queremos cobrar isso.

Deputado Weliton Prado, em certo momento temos de dizer sim ou não. Não adianta continuar nessa situação de empurra-empurra, nessa enganção constante. Se o governo federal possui o recurso para construir as BRs, se está dizendo que não falta dinheiro, mas projeto, tivemos o cuidado de pedir à sociedade norte-mineira que fizesse o projeto e o entregasse. Então, agora queremos uma definição: faz-se ou não. Não podemos aceitar que promessas sejam feitas e não sejam cumpridas.

Sr. Presidente, tratarei de outro assunto que, na minha opinião, é importante para todos nós. No Norte de Minas, estamos enfrentando uma seca de quatro meses. Há 120 dias, não cai uma gota de água nos Municípios norte-mineiros e em parte dos do Vale do Jequitinhonha. Nesses quatro meses, estamos passando por uma situação extremamente difícil. Tomara que chova! Deus ajude que chova!

Estive hoje com alguns Prefeitos, que vieram a Belo Horizonte. Junto à Coordenadoria de Defesa Civil, vamos traçar um programa de atendimento às famílias, já que milhares de pessoas não têm água para beber, ou seja, não há água para abastecimento humano. Nos 120 dias em que não chove no Norte de Minas, a Emater computou 540 rios e córregos que já estão secos. Ademais, muitos Municípios estão perdendo a única fonte de água potável, água limpa, visto que os poços artesianos estão secando, principalmente nas cidades mais distantes, a exemplo de Salinas, Botumirim e Itacambira. A situação está desesperadora.

Nesta tarde, Sr. Presidente, caros colegas, gostaríamos de solicitar ao governo do Estado que prepare um programa de emergência para a região norte-mineira e para o Vale do Jequitinhonha. Estivemos com o Dr. Márcio Kangussu, que em boa hora assumiu a Copanor. Ele está trabalhando para atender a quase 600 Municípios, principalmente os das regiões mais secas, áridas. Hoje, com o Secretário Dilzon Melo, procuraremos elaborar um programa de atendimento emergencial ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha. Diante disso, gostaria de contar com o apoio dos companheiros, pois quem conhece a nossa realidade sente o drama por que passa a região do Norte de Minas.

Belo Horizonte também está enfrentando uma seca. Ocorreu aqui uma diminuição da umidade atmosférica, que, na noite passada, chegou a 15%. Por causa disso, inúmeras pessoas, especialmente as crianças, estão adoecendo. Isso que está acontecendo aqui ocorre praticamente em 10, 11 meses do ano na região norte-mineira. Todos os anos, vemo-nos diante de um programa emergencial. Às vezes o DNOCS perfura poços, a Codevasf distribui água, mas não há um programa definitivo de atendimento à região norte-mineira.

As pessoas muitas vezes conhecem a nossa realidade apenas pela televisão e não sabem o que estamos passando. Sabemos da importância - e o meu partido também sabe - do atendimento a toda a sociedade. Mas esse atendimento que estou falando deve ser ao povo norte-mineiro que está com sede. Os senhores sabem o que isso pode significar para a nossa região.

Querida abordar esses dois assuntos: o da BR-135 e o de um programa emergencial de atendimento ao Norte de Minas nessa seca, o qual faz parte das nossas ações. Deveria fazer parte das ações de todo o povo mineiro, porque nossa região foi segregada e esquecida ao longo dos anos.

Estou dizendo aqui, em alto e bom som, que o atendimento ao nosso povo deve ser prioritário. Isso deve ser preocupação de todos nós, assim como também deve ser em relação à saúde e à educação. Temos um governo sensível, uma pessoa que se preocupa com o Norte de Minas, e ainda órgãos do Estado que estão substituindo órgãos federais que também deveriam estar arregaçando as mangas e cumprindo suas obrigações de atender nossa gente.

Em nome desse povo - que a senhora não deve conhecer -, estamos aqui pedindo socorro para o povo norte-mineiro, que enfrenta uma seca de quatro meses e merece todas as atenções do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tínhamos programado falar nesta tarde a respeito da infraestrutura da nossa região, do Nordeste e Norte de Minas, em relação ao projeto do PMDI, que está na pauta. No entanto, neste momento devemos abrir uma exceção em razão da sensibilidade que todos devemos ter - e a temos com certeza - para a questão da educação em Minas Gerais e no Brasil.

É muito difícil, realmente, imaginar que um Soldado possa ganhar mais que uma Diretora ou uma professora. É complicado entender que não se consigam os recursos para conceder aos professores uma remuneração melhor, mais condizente com as necessidades de suas famílias. Essa reflexão deve ser feita, sim, por esta Casa, e com a maior tranquilidade.

Lembro-me de que, viajando com o Vice-Governador e então Secretário de Educação, Dr. Walfrido dos Mares Guia, no passado, o qual havia implantado aquela forma de passar os alunos por decreto, sugerimos a ele que estaria formando geração de analfabetos. Disse ainda que estaria criando sérios problemas para a educação porque, na série seguinte a que o aluno era promovido por decreto, os professores teriam graves problemas para fazer com que os alunos aprendessem.

Fui Prefeito por duas vezes. No primeiro mandato, eu talvez tenha encontrado uma situação parecida com a que vivem os professores de hoje. Naquela época os professores rurais ganhavam 60% do salário mínimo. Então estabelecemos um piso, pelo menos um mínimo para começar, e fomos crescendo. Digo com muita felicidade que os professores do meu Município, tanto os do meu primeiro mandato como os do segundo mandato de Prefeito, ganham mais que o professor da rede estadual. Se é possível para o 3º Município mais pobre de Minas pagar melhor que o Estado, é claro que é possível encontrar sensibilidade entre nós, numa negociação que seja feita com o respeito devido, com o diálogo necessário dos educadores, dos serventes e de toda aquela massa trabalhadora da educação.

Sr. Presidente, é necessário, sim, ver a situação dramática que enfrentou o meu caro Deputado Carlos Pimenta, com insultos, o que não é próprio da democracia. Se queremos conquistar algo... Na minha terra, dizem que quem quer pegar galinha não faz "xô". Se você quer conquistar um Deputado, não o insulte; se você não quer conquistar um Deputado, não terá o diálogo que precisa. Pode falar mais alto, que todos ouviremos. Tenho a certeza de que esse não é o nível desejado do professor. Queremos conduzir uma conversa com o intuito de buscar sensibilidade para rediscutir o assunto, buscar entendimento com o governo, buscar os repasses que não são feitos pelo governo federal para a área de educação, buscar entender o que está acontecendo com as ONGs da alfabetização. Na semana passada, houve denúncia feita pelos grandes jornais, pela grande imprensa brasileira, sobre os graves desvios de recursos destinados pelo governo federal às ONGs educacionais. Temos de buscar entendimento, sim. Estamos vendo crises não apenas na educação. Houve explosão em Ponte Nova, e 25 pessoas foram queimadas vivas durante 1 hora, abraçadas umas às outras, durante uma guerra de ganguês. Tentou-se até instalar CPI para apurar o fato. A criminalidade cresce em função do que está acontecendo desde o governo Itamar Franco. O governo federal não repassa o dinheiro do Fundo Penitenciário. Portanto as coisas têm de ser discutidas com toda a sensibilidade, o respeito e o carinho pela classe, mas, sobretudo, permitindo que possamos falar o que pensamos. Com gritos no ouvido, isso é muito difícil. Essa não é uma atitude própria de professores. Com grito no ouvido, não é possível conversar. Sala de aula, não para mim, querida. Já passei por essa sala há muito tempo.

Todos os oradores que aqui estiverem farão, naturalmente, uma manifestação favorável ou contrária. A votação é feita por 77 Deputados; as negociações são feitas na comissão específica, onde todas as pessoas se manifestam. Às vezes, até reclamamos da imprensa, porque ela imagina que apenas o Plenário decide, mas a maior parte dos projetos são decididos nas comissões temáticas, onde o espaço é aberto à manifestação de todos. A Assembléia permite a realização de uma, duas, três, quatro reuniões ou quantas forem possíveis. Esta é a Casa do povo; é uma Casa de porta aberta, onde as pessoas têm o direito de chegar e discutir com seus parlamentares. Mas a discussão tem de ocorrer de forma civilizada. A TV Assembléia está filmando tudo. Cada manifestação é importante. A transmissão é ao vivo, e todos estão assistindo.

Peço apenas àquelas pessoas mais exaltadas e revoltadas que tenham paciência, para podermos concluir o raciocínio. Estou tentando ajudar a classe e conduzir um raciocínio. Se não quiserem que eu fale, eu paro. Creio que este é o momento de discussão, de buscar o entendimento, a participação. Não farei discurso demagógico, pois não estou aqui para fazer demagogia. Não farei média com ninguém. A demagogia é própria dos oportunistas, que, no momento de dificuldade, exploram as dificuldades das pessoas, dos grupos. Temos educação suficiente, preparo suficiente, conhecimento suficiente, para não cair nesse jogo.

Quer vocês queiram, quer não, trabalharemos para tentar defender melhor piso salarial, melhores condições de vida. Trabalharemos com todo carinho e dedicação, porque temos consciência dessa necessidade. Temos convicção de que é preciso fazer isso, não porque há pressão. Não sou o feijão do meu amigo Deputado Weliton Prado, a quem concedo um aparte.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço o aparte ao Deputado Getúlio Neiva. V. Exa. tem razão no que diz respeito à questão das comissões, e registro a indignação do pessoal. Hoje de manhã, eles estiveram na Comissão de Educação, onde fora dito que o projeto viria para o Plenário, onde isso seria resolvido. Sabemos que o Plenário praticamente homologa o que se define nas comissões. Portanto as alterações teriam de ser feitas nas comissões temáticas. Para tal, apresentamos várias emendas e sugestões.

O projeto, da forma como está, não agrada o conjunto dos servidores. Portanto é muito importante que as comissões acatem as propostas, e sabemos que isso depende de uma definição do próprio governo. Todavia, o que foi dito para os servidores é que o projeto viria para o Plenário, mas sabemos que não é assim que funciona. Para avançar, é muito importante o projeto não ser aprovado no afogadilho. É preciso que haja mais discussões, e a sugestão de V. Exa. é muito importante. Contamos com a possibilidade de realização de outra audiência pública, e o governo tem de ter a sensibilidade de acatar sugestões.

O Deputado Getúlio Neiva - Deputado, não só o governo, mas nós também devemos ter a sensibilidade de retomar a discussão propriamente dita. O projeto não está na pauta. Portanto pode-se voltar à discussão. Mesmo que estivesse na pauta, a Assembléia tem sido bastante sensível tanto com a emenda de Plenário quanto com o retorno de projeto para discussão. Não vejo nenhum problema nisso.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Hoje o projeto estava na pauta da Comissão de Educação. As emendas foram rejeitadas, e a Comissão de Educação registrou que ele viria a Plenário, podendo ser resolvidas as reivindicações dos servidores. Posteriormente o projeto foi distribuído, em avulso, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Nossa sugestão é a realização de uma grande audiência pública, pois, da forma como está, o projeto não agrada os servidores, já que não define um piso. Na realidade, define um teto e um abono. Os servidores

praticamente ficarão com o salário congelado. Solicitamos ao governo que tenha a sensibilidade de fazer as mudanças. Temos um estudo revelando que 13 Estados da Federação, mais o Distrito Federal, já pagam acima do que está proposto em Minas Gerais. Se levarmos em conta que o nosso Estado é um dos mais ricos da Federação e que a evolução das receitas do Estado tem aumentado de forma exorbitante, parece que o orçamento dobrou no governo, há a possibilidade de oferecer um reajuste com dignidade para os servidores. Sei que V. Exa. tem essa vontade, assim como o PMDB, partido que V. Exa. representa, tem o sentimento de sentar, dialogar e propor mudanças. Todavia é fundamental que o governo também tenha. É importante ganharmos mais tempo para fazer alterações no projeto.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte do nobre Deputado Weliton Prado. A matéria não está na pauta do Plenário. Este não é o momento para fazer essa discussão. Parece que houve uma informação equivocada na Comissão de Educação de que esse assunto estaria na pauta de hoje, mas ele não está. Aliás, estou com a pauta nas minhas mãos. Portanto, não é o momento de fazer pressão no Plenário. É o momento de reivindicar, de buscar, por meio das Lideranças, novas discussões, se acharem necessário.

Estou trazendo meu apoio pessoal, de público. Parece que os nossos professores não entenderam que esse assunto não está sendo votado hoje. Parece que a excitação se dá por essa razão, mas não estamos discutindo o assunto.

Esse assunto não está no Plenário, hoje, mas poderá, sim, voltar à discussão, desde que as Lideranças partidárias concordem. Mais importante do que buscar o entendimento com o governo é buscar o entendimento nesta Casa. Se houver o entendimento na Assembléia, haverá possibilidade de uma negociação melhor com o governo.

Não vejo por que não negociar, se quase todas as matérias que vêm à pauta - e V. Exa. diz que elas são votadas de roldão - são votadas após discussão com o governo. Aliás, foram muitas as vezes em que os projetos foram modificados por atuação dos parlamentares, sendo votados somente após essa discussão.

Na quinta-feira, saímos daqui acompanhados do relator de um determinado projeto, o qual o havia discutido em Plenário, e o referido relator voltou atrás no seu entendimento sobre o projeto, que agora será colocado em pauta, amanhã cedo. A negociação é o ponto principal de todo projeto, mas, para que haja essa negociação, é preciso que nós, Deputados, nos entendamos. Essa é a primeira parte dessa negociação. As bancadas devem-se entender entre si, propiciando, assim, a rediscussão dos projetos, os quais não se deve dar por encerrados enquanto houver tempo hábil para uma nova discussão.

Entendo que este é um momento muito importante para a educação de Minas Gerais e que é possível buscar a melhora da proposta feita pelo governo. Só não podemos garantir essa proposta, porque o legislador faz a lei, mas não pode garantir o dinheiro para pagar o valor determinado pela lei. Então, o importante é discutir.

Estou propondo à bancada do meu partido, com anuência dos Deputados Antônio Júlio, José Henrique e demais companheiros Deputados, a busca de uma nova forma de rediscussão, isto é, uma opção para essa polêmica criada em torno do aumento dos salários dos servidores da educação.

Gostaria de deixar bem claro ao pessoal da Comissão de Educação ou de qualquer outra comissão que não mandem as pessoas vir para o Plenário quando o projeto não estiver em fase de discussão e votação no Plenário. As pessoas vieram para cá enganadas, achando que o projeto seria discutido hoje. Há um equívoco de informação.

Concluindo, o projeto poderá ser rediscutido, caso haja interesse, por parte das bancadas, de buscar a rediscussão do referido projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores da rede estadual de educação presentes, em respeito à presença de todos e ao acompanhamento legítimo e democrático que todo cidadão pode e deve exercer sobre os trabalhos não só do Poder Legislativo, mas também das instituições em geral, vou continuar tratando do assunto da educação.

Gostaria de começar falando de maneira, talvez, diferente, mas igualmente importante. A primeira questão a ser abordada vale para Minas, para o Brasil, para o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, assim como para a sociedade, em seu conjunto.

Basta estudar a história das nações e a evolução dos países, comparando os indicadores, para constatar que não existe possibilidade de desenvolvimento pleno de uma nação sem uma política pública educacional bem estruturada. Essa é uma questão fundamental, que deve ser priorizada pelo conjunto da sociedade e pelos poderes públicos constituídos.

Dessa forma, ou se coloca a política pública de educação no centro, não na margem, das prioridades não só do investimento financeiro, mas também do investimento das energias instaladas no País, ou não se criarão as condições adequadas ao desenvolvimento econômico com justiça social. E, quando analisamos os indicadores educacionais em nosso Estado, percebemos que há um déficit histórico de valorização do sistema educacional.

O PMDI está na pauta, um projeto que sinaliza o planejamento até 2023. Ele contém um diagnóstico que revela, entre outras coisas, que a taxa de escolaridade média da população adulta no Vale do Jequitinhonha é de apenas três, quatro anos; ele aponta que Minas Gerais, em que pese a ser a 2ª ou 3ª economia do País, está em 10º lugar na escolaridade média da população adulta no País; e revela que 46% dos jovens que ingressam no ensino médio não o concluem. Ou seja, se nosso Estado não recuperar sua capacidade de valorização da política pública de educação, verá reduzidas as chances de desenvolvimento com distribuição de renda e com redução das disparidades regionais.

Digo política pública de educação porque, infelizmente, durante algumas décadas, por hegemonia do pensamento que sobrevalorizou o papel do privado sobre o público, houve uma inversão no País. Tínhamos um ensino público com muita qualidade, mas com dificuldade de acesso. Os governos anteriores estimularam a valorização do ensino privado. O ensino privado começou, com base no mercado, a se distanciar, do ponto de vista da qualidade, do ensino público. E foi-se buscando resolver o problema do acesso, que é fundamental, sem a garantia da qualidade. Esta ia, gradativamente, para o ensino privado, pago, caro, que atendia apenas a uma parcela da elite. E, quando aquelas pessoas mais pobres, com os avanços da legislação, puderam ter acesso ao ensino público, este foi, pela falta de investimento por parte do poder público, decaindo de qualidade, em que pese à heróica resistência dos trabalhadores desse sistema.

Precisamos inverter essa situação. Mas, para isso, devemos discutir duas questões básicas. Quando se fala em fortalecer política pública de educação, deve-se garantir o acesso de um lado e a permanência e a qualidade de outro. O acesso, no ensino fundamental, está relativamente resolvido, havendo problemas no ensino médio. O ensino infantil vê perspectivas de uma crescente universalização a partir do Fundeb. No ensino superior, houve expansão exagerada do privado até os governos federais passados, retomado agora na perspectiva pública do governo Lula, com a expansão das instituições federais próprias ou por meio de extensões de universidades existentes, e com a garantia de aquele pobre que vai para o ensino superior privado com ajuda do ProUni.

E a qualidade? Para se garantir qualidade na educação e na saúde, é preciso priorizar o recurso humano, o trabalhador. Se este não estiver valorizado, motivado, capacitado e bem remunerado, não terá as condições adequadas de assegurar, com outro conjunto de medidas, um ensino de melhor qualidade. Daí os problemas decorrentes se não for assegurada qualidade e valorização do recurso humano. Haverá problemas na permanência, nos índices de evasão escolar - altíssimos - e no próprio processo de aprendizagem.

Muitas vezes, a não-qualidade significará, lá na frente, uma porta fechada para o jovem que quer prosseguir numa vida mais digna, desenvolvendo em plenitude seus dons e suas vocações. Portanto, temos de garantir profissionais valorizados, projetos pedagógicos adequados, materialidade, biblioteca, informática, espaço para o esporte e acompanhamento social, principalmente para as famílias mais pobres, porque não dá para o Diretor e os professores cumprirem papel de assistente social, psicólogo e sociólogo. As escolas têm de ter um acompanhamento social que garanta às crianças pobres o mesmo direito de permanência das crianças de classe média ou mais abastadas. Esse é o caminho estratégico.

Quanto ao projeto encaminhado pelo governo, quero falar especificamente dessa linha de valorização da política pública de educação, que, para mim, incorre num erro gravíssimo. Ficamos aqui, em 2003, 2004 e 2005, num amplo processo de negociação para garantir plano de carreira, tabela salarial e corrigir a distorção da Parcela Remuneratória Complementar - PRC -, exatamente para conferir uma lógica mais adequada na promoção, na progressão, no estímulo ao profissional, ainda que, naquele momento, os valores estivessem muito aquém dos reivindicados pela categoria.

Não farei juízo de valor da intencionalidade do governo, mas o que se passou para a sociedade é que Minas Gerais é o primeiro Estado a adotar o piso nacional do salário mínimo. Ao estudarmos o projeto na Comissão, vemos que o governo muda a PRC e a transforma em PRCN, uma espécie de abono, e o que era para ser piso de vencimento básico se transformou em piso remuneratório, com PRCN, com distorção, voltando a uma situação anterior que quase joga por terra todo o trabalho realizado na legislatura passada. Portanto, quero sensibilizar os parlamentares, principalmente os que participaram da legislatura anterior.

Primeiramente, não entrarei na discussão do valor que é necessário. A Deputada Elisa Costa foi muito feliz ao dizer que não adianta Deputado da base de governo falar que esse valor é maior do que o do governo Lula. Quando o governo federal toma a decisão, vinculado ao Fundeb, de estabelecer um piso nacional, todo mundo sabe que em Alagoas, Sergipe e Piauí são diferentes de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Não podemos fazer, nem de um lado nem de outro, exercício retórico para iludir as pessoas.

Sabemos que Minas Gerais tem muito mais condições de ir além de um Estado do Nordeste brasileiro. Mas não adianta ir supostamente além com um mecanismo que prejudicará os profissionais. Se for para adotar o mesmo piso, que o adote na lógica da carreira, com reposicionamento, com valor justo e adequado. Será que 5% é o máximo que o Estado pode conceder aos servidores da educação? Sabemos que outras categorias receberam níveis maiores de reajuste.

Quero aqui, com muita tranquilidade, focar esse debate nas duas questões. Primeiro, não vamos rasgar a tabela e o plano de carreira, que aprovamos com tanta negociação nesta Casa, para que saia uma propaganda em que Minas Gerais é o primeiro Estado a adotar o piso de R\$850,00. Essa é a primeira questão.

A segunda questão. Num esforço de negociação - concordo com os Deputados que me antecederam, com o próprio Deputado Getúlio Neiva -, é necessário envolver todas as bancadas, principalmente a do governo, que é majoritária, para chegarmos juntos, sem bonzinhos nem mauzinhos, ao governo do Estado, e colocar a Assembléia junto aos servidores, para buscar uma aproximação maior e real do que o Estado pode dar para valorizar o trabalhador da educação.

Os Deputados e as Deputadas sabem que, historicamente, os trabalhadores da educação não foram priorizados na divisão do bolo do recurso público gasto com o funcionalismo. As carreiras de fiscalização, de arrecadação, de outros Poderes - não falo aqui do Legislativo - tiveram níveis de reajuste muito maior do que a média do servidor público estadual.

Temos essa obrigação, para não revertermos esses indicadores de educação em Minas, que podem ser um entrave para o que queremos, o desenvolvimento com justiça social.

Deputado Carlin Moura (em aparte)\*- Deputado André Quintão, gostaria de fazer uma exposição a título de esclarecimento. Como membro efetivo da Comissão de Educação - obviamente, não tenho procuração para falar em nome dos outros membros da Comissão -, ousou fazer uma interpretação do comportamento dos seus membros hoje, pela manhã. O parecer da Comissão sobre o projeto foi na sua íntegra, ou seja, o projeto manteve-se na sua íntegra. Hoje os Deputados e as Deputadas da Comissão sinalizaram que há necessidade de aprimorá-lo. A leitura que faço da reunião de hoje, pela manhã, é que, no momento em que a Comissão de Educação passa a matéria ao Plenário, quer dizer que esse aprimoramento depende do conjunto dos Deputados desta Casa. O que essa Comissão está querendo é dizer ao governo que está no momento de negociar, de encontrar mecanismos para aprimorarmos o projeto. Tivemos, com o Líder da Maioria desta Casa, a oportunidade de ouvir os professores, os servidores, os sindicatos da categoria, em audiência pública, e percebemos que o projeto na forma original não contempla os interesses dos servidores da educação. Então, agora, a responsabilidade é do Plenário desta Casa. Ou nos sensibilizamos para reabrir a negociação e aprimorar o projeto ou os servidores sairão no prejuízo. Penso que essa é a leitura que podemos fazer da reunião da Comissão de Educação de hoje. Vamos reabrir as negociações.

O Deputado André Quintão\* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Faça esse apelo aos Líderes da base de governo: primeiro em relação ao mecanismo, abono e PRCN. Isso é um retrocesso, pois não atende, não está na lógica de valorização do servidor. Vamos colocar o piso não como remuneratório, mas como vencimento básico reposicionado na carreira, para que o servidor tenha todas as vantagens; e não há um teto que depois joga para baixo, que vira abono, e ele não terá mais benefício para frente.

A segunda questão diz respeito ao aumento do nível do reajuste que vai ao limite do que o Estado tem certeza que ainda pode comportar. No mais, parabéns aos trabalhadores da educação, que democraticamente estão aqui, de maneira respeitosa, fazendo o seu papel. Sociedade democrática é assim. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores públicos presentes, todos que nos acompanham nesta tarde. Tenho também um assunto importante sobre saúde, Sr. Presidente, mas quero, em um primeiro momento, seguindo a linha de raciocínio desenvolvida pelo Deputado André Quintão, dirigir-me não apenas aos servidores, mas a todos os mineiros e, de um modo especial, a todos os colegas Deputados, com quem temos de compartilhar essa missão. O André disse muito bem, o Getúlio também disse; esse processo deve ser construído por todos, não é um processo para ser debatido como sendo da Oposição ou da Situação. Todas as vezes que conduzimos as questões dessa forma, corremos o risco de saber o placar por antecedência.

Sabemos - e isso é até um gesto de respeito a todos os servidores presentes e a todos os que nos acompanham - como é a composição da Assembléia Legislativa, quais são os partidos que apoiam o governo do Estado, quais são os que fazem oposição ao governo, e, se

estabelecermos que esse processo será colocado como uma queda-de-braço entre o governo e a Oposição, anularemos a possibilidade do diálogo e do entendimento, e, agindo assim, perderão todos. Ainda que vá haver um vitorioso no painel eletrônico, no resultado da votação, perderão todos, pois o entendimento que se constrói a partir do diálogo é sempre algo melhor, pois busca contemplar a grande maioria, ainda que não se consiga a unanimidade, praticamente impossível no ambiente democrático, que é o espaço da contestação, mesmo. Isso é natural, e não é por acaso que convivemos com isso dentro da Assembléia. Respeitamos, mas obviamente queremos e devemos ser respeitados. Justamente aí se constroem todas as possibilidades do entendimento.

O Deputado André Quintão lembrava a legislatura passada, e tive a felicidade e a oportunidade de estar aqui, trabalhando em projetos como esse - relatei alguns, presidi a Comissão de Administração Pública, fizemos tantas audiências públicas. Em praticamente todas as vezes conseguimos avançar com contribuições vindas da parte da base do governo e da Oposição - quase em 100% das vezes. A Oposição tem o bom-senso e o entendimento de saber que em momento algum votou ou aprovou qualquer emenda apenas porque queria. Ela é numericamente muito inferior, o que não a desqualifica em nada, tem todo o meu respeito e o respeito de um ambiente democrático. Quando conseguimos avançar em um entendimento, precisamos dos votos da Oposição e da base, e muitas vezes a base do governo, a Maioria, precisa também do entendimento, de um voto que seja da Oposição - não que ele seja o voto que decide numericamente, mas é o que decide para contribuir para o andamento do processo.

Agora vivemos uma situação semelhante. Conversava com o Presidente do Sindipúblicos, o Geraldo, antes de entrar aqui, e concordávamos com um aspecto: temos alguns avanços. Sempre que discutimos um projeto, é preciso ter a clareza de avaliar que existem questões que precisam avançar mais. Na audiência pública que ocorreu na semana passada, para provocar o debate, a requerimento de minha autoria, fizemos algumas cobranças à Seplag e à Secretaria de Educação - e continuarei cobrando, apesar de questionarem ao ver o Líder da Maioria cobrando, como se isso não fosse natural do processo democrático. Aqui não existe nenhum Deputado subserviente nem nenhum Deputado intransigente a ponto de não dialogar com o governo. Convivo com meus colegas da Oposição e vejo que fazem suas críticas, mas sentam-se conosco para conversar e buscar entendimento. Também não existe Deputado da base do governo - pelo menos tenho tido a felicidade de perceber isso dos meus colegas - que não tenha a coragem e a dignidade de dizer que o governo precisa mudar nisso ou naquilo.

Assim, muito se avançou. Naquela audiência pública, por exemplo, verificamos ser indiscutivelmente um avanço dizer que nenhum professor em Minas Gerais com uma jornada de 24 horas semanais - e portanto um vínculo - poderá, a partir de 1º de janeiro, ganhar menos que R\$850,00. É indiscutível que isso representa para uma parcela da categoria um avanço, principalmente para aquele que está iniciando a carreira e, hoje, ganha menos que R\$600,00, salário que não é absolutamente condizente com uma atividade tão importante. Alguém pode dizer: "Mas R\$850,00 é suficiente?". Não, esse é o piso, é o mínimo que se considera, levando-se em conta uma série de fatores.

Não irei aqui me alongar na discussão. O André disse que não se pode comparar com o projeto que o Presidente Lula enviou ao Congresso, propondo R\$850,00 para 40 horas semanais, como piso para um professor, para entrar em vigência entre 2008 e 2010, já guardando a diferença entre Estados da Federação e dando um prazo maior para algumas unidades, como o Piauí, que o Deputado André Quintão citou. Não conheço a situação em detalhes, mas todos sabemos que o Nordeste brasileiro sofre com dificuldades econômicas muito mais graves. Minas Gerais também tem seus problemas no Jequitinhonha e em tantos outros lugares.

Não me vou alongar nisso, mas dizia que, se por um lado é indiscutível um avanço para alguns profissionais - e não são poucos, são milhares - que poderão ter um piso garantido de R\$850,00, temos que nos preocupar com os demais, com os que já ganham mais de R\$850,00, somados os demais benefícios, numa jornada de 24 horas semanais, mas que precisam e merecem ganhar mais, que já estão próximo de se aposentar. Agora a previsão é de 5%. Onde podemos buscar um entendimento? É importante recapitular o trabalho que tivemos quando o Governador Aécio Neves mandou a esta Casa um plano de carreira, objeto de luta de mais de 20 anos, que passou por vários governos. Aqui esse plano de carreira foi debatido, aprimorado e votado. Mandou também as tabelas. Ali podemos encontrar mecanismos de reposicionamento mais rápido por tempo de serviço ou por títulos, que podem fazer com que esse profissional possa ganhar mais que os 5% que estão previstos. Conversando com o Geraldo, ele falava: "É preciso avançar, mas seria importante se conseguíssemos avançar mais rapidamente para garantir, para o mês de setembro, esse aumento. Quem está sentindo as dificuldades na pele é o professor. Cada dia com o salário defasado é duro". Temos que ter o bom-senso de garantir algum aumento para os professores todo ano. Essa é uma das coisas que temos tratado com o Governador Aécio Neves. Outros Governadores não tiveram esse cuidado de reajustar os salários dos professores todo ano. Com um reajuste anual, podemos chegar ao ideal mais cedo.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Brilhante colega Deputado Domingos Sávio, acho que este é o momento de repensarmos o que foi feito até agora. A reunião da Comissão de Educação realizada hoje foi um desastre. Precisamos reconhecer isso. Transferir para o Plenário a discussão para negociar, para fazer acordo é brincadeira. Temos que conversar com o Presidente da Comissão de Educação para refazer essa decisão. Temos que buscar nova reunião, novo debate, aproveitar a presença do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Mauri Torres, para propor a volta do diálogo. Digo isso admirando a posição que V. Exa. está tomando neste momento, porque o normal é o Líder do Governo ficar quietinho no canto apenas escutando. V. Exa. veio e enfrentou o assunto de forma bastante concatenada e objetiva.

Estou falando agora como cidadão. Comecei a estudar, no primário, numa escola rural, andando 8km a pé. Todo o meu curso primário, secundário e minha universidade foram federais ou estaduais. Sempre estudei em escola pública porque sou de origem muito pobre. Vejo com tristeza a situação dos nossos professores. Não gostaria de me referir somente à nossa região, mas lá a coisa é um pouco pior. O Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri são um pouco piores. Os professores têm que andar 40, 50, 60 quilômetros para chegar às escolas, pegam carona com caminhoneiros, correm risco de vida porque não têm dinheiro para pagar um ônibus velho caindo aos pedaços. Posso dizer a V. Exa. nesta tarde que não há nenhum Deputado que não esteja preocupado com essa situação. Sabemos da limitação orçamentária, mas é preciso entender que educação, assim como saúde, não pode ser tratada como sendo um problema da Situação ou da Oposição. Esse é um problema das pessoas que habitam o território de Minas Gerais. Por isso cumprimento V. Exa. pela posição, e juntos queremos buscar, com o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e com o Presidente da Assembléia, uma nova forma de conversar esse assunto para tentar buscar uma melhor solução para nossos professores.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)\*- Nobre Deputado, somente a título de esclarecimento - estou fazendo parte da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, assim como o nobre Deputado Carlin Moura -, não é o caso de estarmos empurrando com a barriga, empurrando o projeto para o Plenário para discussão, não querendo resolver o problema na comissão. Não é essa a questão, não é bem dessa forma, Deputado Getúlio Neiva, mas a preocupação é discutir e ampliar os debates nesta Casa. Já procurei o Deputado Mauri Torres, conversamos, e há sensibilidade de todos os Deputados. Como se falou, os Deputados estão sensibilizados e estamos procurando uma maneira de resolver essa questão. Já estamos discutindo, ouvindo e conversando para acharmos a solução, trazeremos a questão ao debate, mostrarmos a melhor solução e aprovarmos o projeto nesta Casa, da melhor maneira possível. Muito obrigado pelo aparte, por poder esclarecer a situação da comissão, porque tanto o Presidente como todos os membros têm interesse em trazer o melhor para a educação.

O Deputado Domingos Sávio - Perfeitamente, Deputado Vanderlei Jangrossi. Conheço a seriedade de conduta de V. Exa. e dos demais pares da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Conhecemos o Regimento da Casa, a matéria não se esgota na comissão. Pelo contrário, ela tem agora trâmite em outras comissões, vem ao Plenário e volta para 2º turno. Aí há um detalhe, e o Presidente do sindicato comentava comigo que isso é um pouco a sua angústia, a sua preocupação: esse projeto está há alguns meses na Casa e trata do piso, R\$850,00, como a menor remuneração paga a um professor de jornada de 24 horas semanais, de um vínculo de meio horário. Portanto, esse professor pode ter dois vínculos e receber, no mínimo, R\$1.700,00 por mês. Como eu disse, isso representa, por parte da categoria - os professores que têm menor tempo de serviço e ainda não incorporaram quinquênios e outros benefícios -, um ganho. É indiscutível.

Precisamos assegurar que os 5% que o governo está concedendo a toda a categoria e a todos os demais profissionais sejam exaustivamente analisados, para verificarmos se há possibilidade de ser um percentual maior. Obviamente, todos desejam discutir isso. Mas há um outro aspecto, que ponderei, que é a questão do reposicionamento. As vezes, com um reposicionamento por tempo de serviço, não só um professor, mas um técnico da área administrativa, a educação e outros auxiliares de serviço podem ter ganhos que ultrapassem 20%. É preciso cobrarmos, unidos - não como Situação ou Oposição -, um caminho junto ao governo, que tem, de fato, tomado atitudes concretas para a valorização da educação. Para conseguirmos entendimento, pressupomos respeito. Se damos uma demonstração de respeito e de diálogo com o governo, temos a capacidade de conquistar o entendimento. É na linha de construir o entendimento que tenho conduzido a minha trajetória nesta Casa. Só concluindo, Presidente, eu dizia que tinha um assunto sobre saúde. Não me estenderei sobre ele, mas devo uma satisfação ao Centro-Oeste mineiro: Irei agora à secretaria de Estado e ontem estive com o Governador Aécio Neves, preocupado e trabalhando para solucionar um problema ligado ao Hospital do Câncer do Centro-Oeste mineiro, que precisa da ampliação do seu teto para atender a toda a demanda da região, já que o teto atual não tem permitido. E buscando financiamento para um novo hospital, na cidade de Divinópolis, que permita ampliar a oferta de leitos do SUS, um pesadelo para tantos cidadãos. Estaremos lutando, ao lado dos Deputados da região, Doutor Rinaldo, Neider Moreira e Paulo Cesar, que estarão trabalhando conosco, com o apoio dos demais colegas desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e servidores que acompanharam nosso pronunciamento. Estejam certos de que nos empenharemos para aperfeiçoar o projeto e, através do entendimento, votar o que for melhor para a educação, especialmente para os servidores públicos.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Gostaria apenas de fazer um registro e pedir o apoio do Plenário. Essa emenda diz respeito ao item 4.7 do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que se refere exatamente às regiões do Norte de Minas, Mucuri, Jequitinhonha e Doce. Fiz um destaque na emenda, pedindo a revitalização e o saneamento das Bacias hidrográficas do Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Já que trabalharemos com um plano de 16 anos, solicitei empenho do relator e dos membros da Comissão, para que tivessem um olhar especial sobre essa emenda, porque ela diz respeito a uma região. O PMDI procurou cuidar especialmente de algumas regiões que apresentam hoje indicadores sociais e de degradação ambiental que precisam ser alterados. Especialmente essas bacias precisam ser atendidas pelo poder público.

Já desenvolvemos um trabalho na Cipe-Rio Doce e estamos pedindo, através dessa emenda, a revitalização dessas bacias que estão exatamente nessas regiões sugeridas pelo PMDI, ou seja, aquelas consideradas com desigualdades regional e social e com problemas ambientais. Não entendo como uma emenda que contempla tantas regiões pode trazer problemas para ser aprovada em Plenário. Mesmo sabendo que a maioria não está aqui para votar, quero registrar que não compreendi o porquê de uma emenda de grande abrangência e tão importante, propondo a revitalização e o saneamento das bacias do Jequitinhonha, Mucuri e Doce, não poder ser acatada pela relatoria. Reconheço que a nossa bancada, por meio da Comissão de Participação Popular, teve acatadas algumas de suas emendas, mas, quanto a essa apresentada por mim... Pedi consideração especial em relação às nossas regiões. De fato, essa proposta trabalharia com um planejamento em longo prazo para a recuperação, o saneamento e a revitalização das bacias hidrográficas citadas.

O relator justificou-se dizendo que não era para destacar regiões ou bacias, mas o próprio Plano faz um destaque ao Rio das Velhas. Como existe a proposta no PMDI de focar regiões mais deprimidas do ponto de vista ambiental, social e econômico, entendemos que essa emenda caberia perfeitamente no Plano. Por isso faço este destaque e gostaria de contar com o apoio do Plenário para que essa emenda seja acrescida ao PMDI. Muito obrigada.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, defenderei o destaque da Emenda nº 70, até porque continuamos não compreendendo o posicionamento do governo, da Liderança do Governo e do relator em relação a essa proposta. Propusemos a Emenda nº 70 referentemente à elaboração e à execução do Plano Estadual de Saneamento Básico de forma articulada com os planos municipais de saneamento. A partir da legislação federal, da legislação do marco regulatório de saneamento, estamos propondo que haja em Minas Gerais um plano estadual nos próximos anos a partir do plano mineiro de saneamento básico e ambiental. Até então, Minas não tem trabalhado um plano estadual.

Sabemos que a Copasa trabalha parte do saneamento em Minas Gerais e parte do saneamento é executado por autarquias próprias em muitos Municípios, ou seja, autarquias municipais. Mas quais são os índices de redução de esgoto sanitário que poderão advir nos próximos anos com um plano estadual? O plano mineiro deve propor isso através da composição do Conselho Estadual de Saneamento. Essa lei já está tramitando nesta Casa e deverá ser aprovada brevemente. Que também haja para Minas Gerais um plano estadual de saneamento a partir dos recursos do PAC na área de saneamento e, principalmente, que Minas Gerais reduza os indicadores que ainda são muito ruins em termos de tratamento de esgoto sanitário, de resíduos sólidos e, principalmente, de drenagem urbana, drenagem pluvial.

Registramos que o governo parece não querer ter um plano de saneamento em Minas Gerais, até porque o pensamento do Estado deve ser de médio para longo prazo. Se estamos discutindo um plano mineiro de desenvolvimento integrado, entendo que cabe, perfeitamente, na nossa emenda, um plano mineiro de saneamento, para que se tenha, em Minas Gerais, nos próximos anos, a execução e a elaboração do plano estadual de saneamento básico, de forma articulada, e também os planos municipais. Gostaria que isso ficasse registrado aqui.

O fato de haver um conselho estadual não garante que haja um plano, pois existem conselhos em muitas áreas, sem que, necessariamente, haja planos estaduais. Causa-me estranheza o fato de discutirmos um plano mineiro sem que tenhamos um plano estadual de saneamento em Minas Gerais, proposto no plano mineiro.

Deixo o destaque dessa emenda e espero contar com o apoio de todos os Srs. Deputados, para que Minas Gerais venha a ter, articuladamente, um plano estadual de saneamento básico.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/9/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando Marcos Alexandre Figueiredo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando Roberto Luiz Borges do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Adriana Carvalho Rodrigues da Cunha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Marcos Alexandre Figueiredo para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Miguel Abdanur para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Rondon Rosa Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Guilherme Soares Leite do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Marco Túlio da Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Arlete Pereira Borges para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Arlete Pereira Borges do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Selma Aparecida Morais do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Maria do Socorro dos Anjos Brito para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Maria Dulce de Almeida Figueiredo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/9/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de condicionadores de ar.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Nesse último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: AMC Informática Ltda. Objeto: fornecimento de 25 (vinte e cinco) impressoras laser lexmark, modelo t640dtn, e 25 (vinte e cinco) cartuchos de toner de 21.000 páginas para essas impressoras, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 41/2006. Dotação orçamentária: 339030 e 449052. Vigência: a partir da data de assinatura até o termo final do prazo de garantia. Licitação: Pregão Presencial nº 38/2006, da Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco, do qual resultou a Ata de Registro de Preços nº 41/2006 - JFPE, à qual adere a Contratante.

errata

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/9/2007, na pág. 57, col. 3ª, sob o título "Gabinete do Deputado Almir Paraca", onde se lê:

"Astolfo Moreira", leia-se:

"Astolfo Moreira da Silva".

E onde se lê:

" Virgílio Martins Filho", leia-se:

" Virgílio Martins Junior".